

Alice de Abreu Lima Jorge
Marianne Dolher Souza Baker Rodrigues
Onofre Alves Batista Júnior
Paulo Roberto Coimbra Silva

RETROSPECTIVA 2019





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Paulo Roberto Coimbra Silva.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa projetada gráfic Leticia Robini

Diagramação Bárbara Rodrigues



Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Retrospectiva 2019. BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; JORGE, Alice de Abreu Lima;
RODRIGUES, Marianne Dolher Souza Baker; SILVA, Paulo Roberto Coimbra.
-- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020.

128 p.

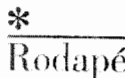
ISBN: 978-65-5059-067-3

1. Direito. 2. Direito tributário. I. Título.

CDD341.39

CDU340

D'PLÁCIDO



1167204

Sumário

<i>Apresentação</i>	11
<i>Sobre o Coimbra & Chaves Advogados</i>	15
<i>Sobre os autores</i>	17
<i>Publicações dos autores</i>	21
<i>I. Inovações legislativas</i>	47
1.1. Publicadas Medida Provisória e Lei sobre Direitos de Liberdade Econômica.....	47
1.2. Projeto de Lei visa instituir a arbitragem tributária no Brasil.....	48
1.3. Aprovada a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região pelo STJ.....	49
1.4. Projeto de Lei autoriza liberação de garantias ante o pagamento parcial de débitos tributários.....	49
1.5. Decreto altera exigência de regularidade para habilitação no REIDI.....	49
1.6. Medida Provisória regulamenta a negociação de dívidas tributárias com a União.....	50
1.7. Casa da Moeda deixa de ter monopólio para fabricação de selos fiscais, com repercussões na fiscalização do IPI.....	52
1.8. Medida Provisória altera a legislação previdenciária e trabalhista e cria Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.....	53
1.9. Promulgada a Reforma da Previdência	55

1.10. Projeto que altera Lei Complementar do Imposto Sobre Serviços é aprovado pela Câmara.....	56
1.11. Sancionada lei que extingue a contribuição de 10% devida pelos empregadores em caso de demissão sem justa causa.....	56
2. Decisões dos tribunais superiores.....	57
2.1. Compensação por meio de mandado de segurança não exige comprovação de valores, decide o STJ.....	57
2.2. STF afasta a incidência de ISS sobre seguro-saúde.....	57
2.3. STF autoriza o creditamento de IPI em relação a insumos oriundos da Zona Franca de Manaus.....	58
2.4. STJ afeta ao rito dos Recursos Repetitivos a controvérsia acerca da inclusão da capatazia na composição do valor aduaneiro.....	58
2.5. STF julga constitucional o limite de 30% para compensação de prejuízo fiscal.....	59
2.6. STJ determina emissão de certidão de regularidade única para a empresa.....	59
2.7. 1ª Seção do STJ começa a julgar a possibilidade de creditamento no regime monofásico de PIS/COFINS.....	60
2.8. A manutenção de penhora de valores em caso de parcelamento do débito fiscal executado será analisada em Recurso Repetitivo.....	60
2.9. STF julga constitucional o compartilhamento de dados entre a Receita Federal e o Ministério Público.....	61
2.10. STF reafirma a necessária correlação entre a arrecadação das taxas e o custo da fiscalização.....	61
2.11. STF entende pela possível caracterização de crime em caso de ICMS declarado e não pago.....	62
3. Exclusão de valores de tributos da base de cálculo tributária.....	63
3.1. Adiado o julgamento dos Embargos de Declaração acerca da controvérsia da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.....	63
3.2. Controvérsia acerca do ICMS a ser excluído da base de cálculo de PIS/COFINS pode ser decidida pelo STJ no regime dos Recursos Repetitivos.....	63
3.3. Liminar do STF afasta decisão do TRF4 que limitava exclusão do ICMS do PIS e da Cofins.....	64

3.4. Em análise de Recurso Repetitivo, STJ exclui ICMS da base de cálculo da CPRB.....	64
3.5. STF reconhece a Repercussão Geral da controvérsia acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo da CPRB.....	65
3.6. Repercussão Geral reconhecida em recurso sobre a inclusão de PIS/COFINS na base de cálculo das próprias contribuições.....	65
3.7. Tribunal da 5ª Região reconhece a exclusão de ICMS-ST da base de PIS/COFINS	66
3.8. Sentença exclui ISS, ICMS e PIS/COFINS da base do cálculo da CPRB.....	66
4. Base de cálculo das contribuições previdenciárias.....	67
4.1. CARF afasta incidência de contribuição previdenciária sobre oferta de ações.....	67
4.2. Receita Federal entende que não incidem contribuições sobre auxílio-alimentação pago por meio de tickets ou cartões.....	67
4.3. Receita Federal reafirma a não incidência de contribuições sobre aviso prévio indenizado.....	68
4.4. Fato gerador das contribuições previdenciárias sobre stock options é o exercício do direito de compra, decide o CARF.....	68
4.5. Receita Federal se manifesta pela tributação de descontos de alimentação.....	69
4.6. STJ reitera entendimento de não incidência de contribuições previdenciárias sobre abono único.....	69
4.7. CSRF afasta contribuições a terceiros sobre Bônus de Contratação quando não há vínculo com contrato de trabalho.....	70
4.8. Nova decisão do CARF acerca de contribuições previdenciárias sobre stock options	70
4.9. CARF analisa a incidência de contribuições previdenciárias sobre previdência privada destinada a apenas determinada categoria de colaboradores e sobre plano de saúde de dependentes.....	71
4.10. Solução de Consulta esclarece entendimento da Receita Federal acerca da tributação de prêmios por desempenho.....	71
4.11. STF inicia julgamento a respeito da incidência de contribuição previdenciária sobre salário-maternidade.....	72
4.12. 1ª Seção do STJ decide pela incidência de contribuições previdenciárias sobre o valor da hora repouso alimentação.....	73

4.13. Decisão do CARF afasta a incidência de contribuições previdenciárias sobre bônus de contratação.....	73
--	----

5. PIS/COFINS 75

5.1. CARF decide que despesas com obrigações ambientais geram créditos e PIS e COFINS.....	75
5.2. CARF admite creditamento de PIS/COFINS de despesas com combustível e manutenção de frota.....	75
5.3. Receita Federal reconhece créditos de PIS/COFINS para despesas com transporte na prestação de serviços técnicos.....	76
5.4. Receita reconhece direito de crédito de PIS/COFINS em relação a despesas de operacionalização portuária.....	76
5.5. Receita Federal reconhece direito a crédito de PIS/COFINS sobre EPI.....	77
5.6. Receita Federal reconhece direito de crédito de PIS/COFINS em relação a embalagens.....	77
5.7. Receita Federal reconhece vale-pedágio como insumo apto a gerar créditos de PIS/COFINS.....	78
5.8. Instrução Normativa sistematiza o regramento de PIS/COFINS, tratando inclusive sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições.....	78
5.9. CARF reconhece crédito de COFINS no transporte de produtos acabados entre estabelecimentos de contribuinte.....	79

6. Parcelamentos especiais e benefícios fiscais 81

6.1. Belo Horizonte concede benefícios fiscais ao setor de tecnologia.....	81
6.2. São Paulo lança o regime IncentivAuto com descontos de ICMS para o ramo automotivo.....	81
6.3. Estado de Minas Gerais autoriza parcelamento excepcional de crédito tributário de natureza não contenciosa.....	82
6.4. SEFAZ-SP regulamenta Programa "Nos Conformes" e classificação de contribuintes de ICMS por perfil de risco.....	82
6.5. Redução de ICMS para o setor metalmeccânico no Rio de Janeiro.....	83
6.6. Governo Paulista institui Parcelamento Especial de ICMS.....	83
6.7. Lançado o programa ProFerramentaria pelo Governo de São Paulo para impulsionar investimentos de fabricantes de veículos e autopeças em ferramentaria.....	84

7. Obrigações acessórias	85
7.1. Operações com criptoativos deverão ser informadas à Receita Federal	8
7.2. Receita Federal anuncia fim da obrigatoriedade da EFD-Contribuições para CPRB	86
7.3. Iniciado o processo de simplificação do eSocial	86
7.4. Lançada funcionalidade para retificação de GPS no e-CAC	87
7.5. Alterados os leiautes do eSocial para simplificação da declaração	87
8. Acordos internacionais	89
8.1. Promulgados acordos internacionais para intercâmbio de informações fiscais com a Suíça e o Reino Unido	89
8.2. Promulgada a alteração da Convenção entre o Brasil e a Dinamarca para evitar a dupla tributação	89
8.3. Publicados decretos relativos a acordos internacionais em matéria tributária com a Noruega e Jersey	90
9. Diversos	91
9.1. Regras sobre preço de transferência são atualizadas pela Receita Federal	91
9.2. Súmulas do CARF recebem efeito vinculante em relação à Administração Federal	91
9.3. Descontos obtidos no PERT são alvo de tributação pela Receita Federal	92
9.4. Receita Federal pretende impor limitações à restituição e compensação de créditos tributários reconhecidos judicialmente	93
9.5. Belo Horizonte publica novo regulamento do ISS	93
9.6. CARF reconhece que capatazia não integra a base de cálculo do PIS/COFINS-Importação	93
9.7. Aumento da taxa Siscomex é incluído na lista de dispensa de contestar e recorrer da PGFN	94
9.8. Alíquotas de ICMS mais elevadas em MG podem ser prorrogadas por mais cinco anos	94
9.9. Aprovadas 33 novas súmulas do CARF	95
10. Anexos	105
<i>Anexo I</i>	
A tributação da participação nos lucros e a Medida Provisória 905/2019	105
<i>Anexo II</i>	

A (não) incidência de contribuições previdenciárias sobre descontos para custeio do auxílio-alimentação.....	112
--	-----

Anexo III

Temas cuja Repercussão Geral foi reconhecida ou julgada em 2019/Temas afetados ou julgados conforme a sistemática dos Recursos Repetitivos em 2019	118
--	-----

Anexo IV

Temas pautados para julgamento pelo STF no primeiro semestre de 2020.....	123
---	-----